

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 1 AS DIMENSÕES DO FENÔMENO AMBIENTAL E SUA SÍNTESE-VALORATIVA PELA NORMA AMBIENTAL BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS, 1
- 2 A ÁGUA COMO METÁFORA DE INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO ÉTICA E ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 4
- 3 ANÁLISE DAS PARTES COMPONENTES DA PRESENTE TESE
 - 3.1 Visão geral das partes e dos seus objetivos, 6
 - 3.2 Contornos conceituais e metodológicos do trabalho, 7
 - 3.3 Parte I ã A dimensão ética da proteção ambiental: pluralidade de fundamentos para a necessária evolução da visão antropocêntrica para a ecocêntrica, 9
 - 3.4 Parte II ã A dimensão econômica do meio ambiente: a riqueza dos recursos naturais como direito do homem presente e futuro, 11
 - 3.5 Parte III ã O papel normativo do Estado Regulador de superação e síntese dos aspectos éticos e econômicos do meio ambiente, 13
 - 3.6 Parte IV ã A cobrança pelo uso da água: mecanismos normativos plurais e participativos de integração ética e econômica no caso concreto, 15

PARTE I

A DIMENSÃO ÉTICA DO MEIO AMBIENTE: PLURALIDADE DE FUNDAMENTOS PARA A NECESSÁRIA EVOLUÇÃO DA VISÃO ANTROPOCÊNTRICA PARA A ECOCÊNTRICA

- 1 O SER HUMANO E A NATUREZA NA HISTÓRIA
 - 1.1 A relação do homem com a natureza: evolução de sujeito passivo para ativo, 19
 - 1.1.1 *A modificação do meio ambiente: evolução, 19*
 - 1.1.2 *A mutação do conceito de natureza, 22*
 - 1.2 A conscientização da degradação do meio ambiente no mundo contemporâneo, 18
- 2 **óMEIO AMBIENTE SADIOô: INTERESSE EXCLUSIVO DO HOMEM?**
 - 2.1 Meio ambiente: conceito aberto para a proteção das pessoas e dos seres em geral, 27
 - 2.1.1 *Meio ambiente: conceito, 27*
 - 2.1.2 *Meio ambiente: conceito no direito comparado, 27*
 - 2.1.3 *Meio ambiente: conceito no direito brasileiro, 30*
 - 2.1.4 *Direito ao ómeio ambiente sadioô como direito fundamental da pessoa humana, 32*
 - 2.2 **Sadia** qualidade de vida do **HOMEM**, 34
 - 2.3 Presentes e futuras gerações **HUMANAS**, 35
 - 2.4 O macro e o microbem ambiental, 37
 - 2.4.1 *O macrobem ambiental como bem de uso comum do povo, 37*

2.4.2 Os seres animados e inanimados (microambiente) como coisas de ninguém (*res nullius*) e coisas abandonadas (*res derelicta*), 40

3 ÉTICA ARISTOTÉLICA E A MACROÉTICA AMBIENTAL

- 3.1 Um exemplo clássico de pensamento ético: o diálogo de Critão, 42
- 3.2 Fundamentos da ética clássica: a busca da felicidade do homem, 44
- 3.3 Macroética ambiental: uma ética coletiva que busca evitar a infelicidade da coletividade, 47
 - 3.3.1 *Macroética: uma ética de agrupamentos sociais*, 47
 - 3.3.2 *Análise comparativa das éticas de Apel, Hans Jonas e Aristóteles*, 51
 - 3.3.2.1 O progresso tecnológico e o homo faber como mecanismos ensejadores de uma nova ética, 51
 - 3.3.2.2 Semelhanças e diferenças das éticas de Apel, Jonas e Aristóteles, 52

4 ESPÉCIES DE MACROÉTICAS QUANTO AOS ATORES DO CONSENSO: NOÇÕES BÁSICAS DA ÉTICA ANTROPOCÊNTRICA E ECOCÊNTRICA

- 4.1 Espécies de macroéticas , 54
- 4.2 A ética antropocêntrica: características básicas, 55
- 4.3 A ética ecocêntrica: características básicas, 55

5 ÉTICA ANTROPOCÊNTRICA: NA VISÃO DO CARTESIANISMO E DO EVOLUCIONISMO

- 5.1 O dualismo na visão de animal-máquina de Descartes, 59
- 5.2 Algumas objeções ao dualismo anteriores e posteriores a Descartes, 61
- 5.3 Leitura antropocêntrica da teoria da evolução de Darwin, 63
 - 5.3.1 *O positivismo e o determinismo-evolucionista de Darwin*, 63
 - 5.3.2 *Darwin: autor antropocêntrico ou ecocêntrico?*, 64
 - 5.3.3 *A origem das espécies e o capitalismo*, 65

6 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS DE UMA ÉTICA ECOCÊNTRICA E A PERSONALIDADE JURÍDICA

- 6.1 A evolução da consciência ecocêntrica em razão da destruição ocasionada pelo *homo faber*: uma visão sociológica, 69
 - 6.1.1 *Labor, trabalho e ação: três atividades marcantes do homem no mundo*, 69
 - 6.1.2 *O homo faber na visão de Hannah Arendt*, 71
 - 6.1.3 *A instrumentalização do mundo e a destruição da natureza*, 72
 - 6.1.4 *Conscientização ecológica e a **ôdeep ecologyô** como suportes ideológicos para os movimentos ambientais*, 73
- 6.2 A teoria de Gaia e o ecocentrismo cosmogênico de James Lovelock, 78
- 6.3 A metodologia ecocêntrica da autopoiese de Maturana: o organismo e o ambiente como interconstituintes, 81
- 6.4 Dificuldades de transposição da ética ecocêntrica para a ciência jurídica: a concepção de personalidade como atributo exclusivo do homem, 85
 - 6.4.1 *Personalidade: conceitos básicos*, 85
 - 6.4.2 *Personalidade e a escravidão*, 87
 - 6.4.3 *Personalidade e a pessoa jurídica*, 87
 - 6.4.4 *Personalidade e incapacidade*, 88
 - 6.4.5 *Os entes não-humanos podem potencialmente ser personificados ?*, 90

PARTE II
A DIMENSÃO ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE:
A RIQUEZA DOS RECURSOS NATURAIS COMO DIREITO DO
HOMEM PRESENTE E FUTURO

1 AS DIMENSÕES (GERAÇÕES) DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O FENÔMENO ECONÔMICO

- 1.1 Dimensões dos direitos fundamentais, 94
- 1.2 Evolução dos direitos fundamentais na Idade Moderna, 97
 - 1.2.1 *Direitos fundamentais de primeira dimensão, 97*
 - 1.2.2 *Direitos fundamentais de segunda dimensão, 102*
 - 1.2.2.1 Passagem do Estado Liberal para o Estado Social, 102
 - 1.2.2.2 Conceito e fundamentos dos direitos fundamentais de segunda geração, 107
 - 1.2.3 *Direitos fundamentais de terceira dimensão, 109*

2 CORRELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS ECONÔMICOS E AS DIMENSÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 2.1 O liberalismo e os direitos de primeira geração, 114
- 2.2 O intervencionismo e os direitos de segunda geração, 116
- 2.3 O neoliberalismo, a globalização e os direitos de terceira geração, 118

3 O MEIO AMBIENTE E SUA VINCULAÇÃO JURÍDICA AOS SISTEMAS ECONÔMICOS

- 3.1 O princípio da defesa do meio ambiente como mecanismo conformador da Ordem Econômica, 124
- 3.2 O desenvolvimento sustentável como ética de desenvolvimento com a harmonização do econômico e do ecológico, 129
 - 3.2.1 *Defesa do meio ambiente como objetivo da ordem econômica, 129*
 - 3.2.2 *O conceito de desenvolvimento sustentável e a ética do desenvolvimento, 130*

4 ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE: BUSCA DA INCORPORAÇÃO DAS EXTERNALIDADES AMBIENTAIS

- 4.1 Crescimento econômico contemporâneo e degradação ambiental: propostas de conciliação, 134
- 4.2 Economia ambiental, 135
 - 4.2.1 *Economia ambiental e a economia do bem estar, 135*
 - 4.2.2 *Os componentes da valoração econômica ambiental, 138*
 - 4.2.3 *Métodos de valoração econômica para determinação do valor de uso e de opção, 140*
 - 4.2.4 *Críticas metodológicas e éticas à valoração ambiental, 141*

5 USO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS: INTEGRAÇÃO DO JURÍDICO E DO ECONÔMICO

- 5.1 Instrumentos econômicos: introdução, 143
- 5.2 Instrumentos econômicos na forma de incentivos estatais, 145
- 5.3 Instrumentos econômicos na forma de onerações estatais, 147

PARTE III

O PAPEL NORMATIVO DO ESTADO REGULADOR: SUPERAÇÃO E SÍNTESE DOS ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO MEIO AMBIENTE

1 O VALOR DO MEIO AMBIENTE NA ECOLOGIA E NA ECONOMIA

- 1.1 O valor e suas características na ontologia axiológica de Johannes Hessen, 150
- 1.2 Economia e ecologia: duas ciências afins com valorações diversas para o meio ambiente no tratamento do efeito estufa, 152
 - 1.2.1 *Ecologia e economia: conceitos afins com pautas valorativas distintas*, 152
 - 1.2.2 *O efeito estufa (aquecimento global) para a economia e para a ecologia*, 154
 - 1.2.2.1 O efeito estufa (aquecimento global): conceituação e problemática, 154
 - 1.2.2.2 O desvalor do efeito estufa (aquecimento global) para a ecologia, 156
 - 1.2.2.2 O desvalor do efeito estufa (aquecimento global) para a ecologia, 157
 - 1.2.3 *As diferentes hierarquias de valores presentes no debate internacional do crescimento econômico e do efeito estufa*, 159
- 1.3 Os recursos naturais como valores positivos com diferentes hierarquias para a Economia e para a Ecologia, 160
 - 1.3.1 *Os recursos naturais como valor*, 160
 - 1.3.2 *O valor dos recursos naturais para a economia*, 161
 - 1.3.2.1 Os recursos naturais e o sistema econômico de produção, 161
 - 1.3.2.2 O valor e o preço dos recursos naturais, 162
 - 1.3.3 *O valor dos recursos naturais para a ecologia*, 165
 - 1.3.3.1 Origem do termo ecologia e as bases da sua valoração em Haeckel, 165
 - 1.3.3.2 Os animais e o biótopo: valores equivalentes integrantes do ecossistema, 169

2 CRÍTICAS DE CUNHO ÉTICO ÀS POSTURAS UTILITARISTAS DO MEIO AMBIENTE

- 2.1 O utilitarismo e a teoria do valor de uso: o paradoxo do valor do diamante, da água e do ar para Bentham e Stuart Mill, 171
- 2.2 A idolatria do mercado na Globalização e a mitigação da proteção estatal ao meio ambiente: o caso *Tuna-Dolphin*, 172
- 2.3 Críticas de cunho ético à valoração do meio ambiente pelo mercado, 175
 - 2.3.1 *O meio ambiente: valor de troca, valor-trabalho ou valor intrínseco*, 175
 - 2.3.2 *Críticas aos valores de mercado, decorrentes do valor intrínseco da Natureza e suas diferentes fundamentações*, 178

3 O DIREITO COMO INSTRUMENTO SOCIAL DE FORMAÇÃO E CONTROLE DO MERCADO NA PROTEÇÃO AMBIENTAL

- 3.1 O horror ambiental e a necessidade do Estado interferir no mercado com visão sistêmica, 181
 - 3.1.1 *Os limites do Estado e a indispensável prevalência do político sobre o econômico na visão de HABERMAS*, 181
 - 3.1.2 *O horror ambiental, oriundo da falta de visão metodológica no trato da questão ambiental*, 186
- 3.2 Análise da crise ecológica por LUHMANN
 - 3.2.1 *O enfoque sistêmico social como mecanismo de análise da crise ambiental*, 188
 - 3.2.2 *Breve análise dos conceitos fundamentais da visão sistêmica social autopoietica de Luhmann*, 190

3.2.3 *A análise da crise ecológica por LUHMANN com base nos subsistemas funcionais relevantes*, 194

3.3 *As externalidades ambientais do mercado e o papel do direito econômico*, 197

3.3.1 *As externalidades ambientais do mercado*, 197

3.3.2 *Diferentes teorias sobre a relação Mercado e Direito na visão de NORBERT REICH*, 198

3.3.2.1 *A visão sistêmica de Norbert Reich*, 199

3.3.2.2 *O mercado e o direito como instrumentos de orientação social: semelhanças e diferenças*, 200

3.3.3 *O papel do Direito Econômico de proteção ambiental: integração normativa eficiente do Jurídico e Político no Econômico*, 203

3.3.3.1 *Formas de intervenção do direito no mercado*, 204

3.3.3.2 *O papel dos instrumentos econômicos (microdireção indireta) e a ação participativa dos agentes relevantes do mercado (ação concertada) na proteção ambiental*, 205

4 A NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO NORMATIVA DAS ESFERAS SOCIAL, ECONÔMICA E ECOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1 *A necessidade de integração normativa dos diferentes valores subjacentes aos diferentes subsistemas funcionais*, 207

4.2 *O desenvolvimento sustentável como paradigma de integração das esferas social, econômica e ambiental*, 207

4.2.1 *Por que a preocupação com a esfera social?*, 208

4.2.2 *A Tragédia dos Comuns de HARDIN e o desenvolvimento sustentável*, 208

4.2.3 *O desenvolvimento sustentável como paradigma de integração no âmbito normativo interno e internacional*, 211

Parte IV

A COBRANÇA PELO USO DE ÁGUA: MECANISMOS NORMATIVOS PLURAIS E PARTICIPATIVOS DE INTEGRAÇÃO ÉTICA E ECONÔMICA NO CASO CONCRETO

1 A ÁGUA COMO RECURSO NATURAL FUNDAMENTAL ONTEM, HOJE E AMANHÃ

1.1 *A água na visão cosmogênica dos filósofos pré-socráticos*, 217

1.2 *A água como símbolo cultural da integração do homem com a Natureza*, 219

1.3 *A água como recurso natural limitado*, 223

1.3.1 *A água no mundo*, 223

1.3.2 *A água no Brasil*, 225

1.3.2.1 *Situação hídrica brasileira*, 225

1.3.2.2 *A água, hidroeletricidade e o racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001*, 229

1.4 *A água como o diamante azul do século XXI*, 232

1.4.1 *A água como recurso escasso valioso*, 232

1.4.2 *Guerras pela água e o papel do direito internacional*, 234

1.4.3 *A água e o desenvolvimento sustentável*, 235

2 A CONTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA

2.1 *Diferentes modelos internacionais de gestão*, 237

2.1.1 *Visão geral dos modelos analisados no direito comparado*, 237

2.1.2 *Estados Unidos da América*, 238

2.1.2.1 *Situação hídrica americana: um retrato histórico e geográfico*, 238

- 2.1.2.2 Riparian rights, 239
- 2.1.2.3 Prior appropriation, 239
- 2.1.2.4 A água americana: bem público com permissão de uso privado com monitoramento federal e estadual, 240
- 2.1.3 *França*
 - 2.1.3.1 Situação hídrica, 242
 - 2.1.3.2 Ordenamento institucional e legal, 243
 - 2.1.3.3 Preço da água, 245
- 2.1.4 *Alemanha*
 - 2.1.4.1 Situação hídrica, 246
 - 2.1.4.2 Ordenamento institucional e legal: as associações de recursos hídricos e a gestão integrada, 247
 - 2.1.4.3 Preço da água, 250
- 2.2 Contribuições dos tratados e das conferências internacionais à gênese de um direito fundamental de acesso à água, 251
 - 2.2.1 *Argumentos contemporâneos favoráveis à construção do direito fundamental de uso da água*, 251
 - 2.2.2 *Conferências internacionais anteriores à ECO92*, 255
 - 2.2.3 *Agenda 21*, 256
 - 2.2.4 *Conferências internacionais posteriores à ECO92*, 257

3 A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (LEI FEDERAL N. 9.433/97) E SEUS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES

- 3.1 Importância dos princípios na compreensão da cobrança pelo uso da água, 261
- 3.2 A água doce como bem de domínio público: a esfera pública da água, 263
- 3.3 A água doce como recurso natural limitado com valor econômico intrínseco: a esfera privada da água, 266
- 3.4 A gestão centrada na multiplicidade de usos da água e na proteção de preceitos éticos vinculados à vida dos elementos sensíveis da biocenose, 269
- 3.5 A gestão de água descentralizada e participativa nos Comitês da bacia hidrográfica, 270

4 A COBRANÇA PELA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA NA POLÍTICA NACIONAL BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS

- 4.1 A cobrança como medida de valorização do recurso hídrico na esfera pública e privada, 275
- 4.2 Natureza jurídica privada da água e a sua classificação como bem, 278
 - 4.2.1 *Como podem ser caracterizados os recursos hídricos na classificação dos bens prevista no novo Código Civil Brasileiro*, 278
 - 4.2.2 *A água e a outorga de direitos de uso são um bem móvel ou imóvel?*, 279
 - 4.2.3 *A água e a outorga de direitos de uso são bens fungíveis ou infungíveis?*, 282
 - 4.2.4 *A água e a outorga de direitos de uso são bens consumíveis ou inconsumíveis?*, 283
 - 4.2.5 *A água e a outorga de direitos de uso são bens divisíveis ou indivisíveis?*, 284
 - 4.2.6 *A água e a outorga de direitos de uso são bens singulares ou coletivos?*, 285
 - 4.2.7 *A água e a outorga de direitos de uso são bens principais ou acessórios?*, 285
 - 4.2.8 *A água e a outorga de direito de uso são bens públicos federais, estaduais, distritais ou municipais?*, 287
- 4.3 Natureza jurídica da outorga
 - 4.3.1 *A natureza jurídica da outorga pelo uso da água e o fato de a água ser **ó** bem de uso comum*, 288
 - 4.3.2 *Deficiências normativas na especificação dos instrumentos de outorga e na outorga de lançamento de resíduos*, 291
- 4.4 Natureza jurídica da cobrança pelo uso da água

4.4.1 *A cobrança pelo uso da água como um instrumento econômico*, 293

4.4.2 *A natureza jurídica da cobrança pelo uso da água: preço público*, 295

5 DESAFIOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS DA GESTÃO INTEGRADA PARTICIPATIVA POR BACIA EM PAÍS FEDERADO

5.1 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGERH) e o SISNAMA: um paralelo necessário das competências hídricas e ambientais dos entes federados brasileiros, 297

5.2 O interesse local, a ocupação do solo e a atuação reflexa dos municípios na gestão das águas, 301

5.3 A gestão integrada federativa do saneamento da região metropolitana: engenhosa solução legislativa para tormentoso problema jurídico, 303

5.4 Comitê da Bacia do São Francisco: exemplo concreto da complexidade de gestão de bem público móvel com diversidade de dominialidade, 306

6 MECANISMOS NORMATIVOS DE RESOLUÇÃO DA LIDE PELA ÁGUA

6.1 Conflitos de uso e a categorização dos aspectos éticos, econômicos e normativos da cobrança, 312

6.2 A ética de solidariedade na utilização da água ã bem de domínio público, 313

6.3 A ética utilitarista na utilização da água ã bem econômico, 314

6.4 A ética ecocêntrica na utilização da água ã bem ecológico do homem e do ecossistema, 315

6.5 A ética discursiva participativa na gestão hídrica ã o consenso como forma de escolha dos múltiplos usos da água de uma bacia hidrográfica

6.5.1 *A regra de ouro para resolução dos conflitos hídricos no Estado Federado brasileiro: o consenso do comitê de bacia*, 318

6.5.2 *O Comitê de Bacia como expressão do princípio da subsidiariedade e da prevalência da participação social na resolução dos conflitos hídricos*, 319

6.5.3 *A ética discursiva participativa de HABERMAS e a busca de consenso no Comitê de Bacia*, 321

6.5.4 *A relevância do caso concreto para integração das distintas éticas previstas na Política Nacional dos Recursos Hídricos: um paralelo com o pluralismo ético do pragmatismo americano*, 327

6.5.4.1 O pluralismo ético como resposta ao ceticismo do relativismo, 327

6.5.4.2 O pluralismo ético como mecanismo de valorização do caso concreto sem desrespeito aos valores sociais normatizados, 329

CONCLUSÕES, 331

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 338